

As fraquezas do Congresso

GAUDÊNCIO TORQUATO



Não há evidência mais retumbante no sistema político do País que a fraqueza do Congresso Nacional. Deputados e senadores não interpretam corretamente a verdadeira

missão do Parlamento e parecem não ter idéia exata da formidável força representada pela instituição. Um cipal de situações e disposições, emanadas da Constituição, carece de regulamentação e simplesmente é jogado no cronograma lento dos espaços burocráticos, acomodados às vontades de uma maioria ausente e desleixada. O País assiste a uma caudalosa crise e os congressistas desviam seu discurso e sua atenção para outros focos, mais próximos de interesses pessoais.

Não adianta querer atribuir à mídia a imagem negativa das instituições políticas. Ela espelha o que vê, sente e ouve. Agora, por exemplo, está presenciando a tentativa de se firmar o **entendimento nacional**, meta que tornaria viáveis, a curto prazo, soluções para a crise. Mas não constata a presença forte do Parlamento nesse projeto, que se apresenta como única alternativa viável para atenuar a gravidade da situação nacional. Ao contrário, a mídia está anunciando a possibilidade de o Congresso Nacional aprovar o aumento da banca federal em 55 deputados, enquanto registra um pipocar de aumentos brutais de salários nos Legislativos de diversos Estados.

A fragilidade do Congresso repercute de maneira intensa sobre a vida do País. A primeira e grave consequência se registra no desenhado da conformação do poder político. O Congresso cede espaço a outras organizações e deixa de cumprir, a contento, suas altas funções de mediar, refinar, moderar e direcionar a ação política dos grupamentos sociais. Dessa forma, contribui para exacerbar o papel de instituições que se desviam

de sua missão básica. Os sindicatos assumem acentuada vocação política, a Igreja incrementa sua identidade política, a burocracia administrativa acaba por adotar padrões políticos como base de decisão e as massas são mobilizadas, politicamente, por um universo de entidades intermediárias, que passam a ocupar, precariamente, os serviços das agremiações partidárias.

O Congresso, enquanto instituição, precisaria estar no centro das grandes discussões nacionais. Não é o que se percebe. Pois o projeto em curso, de integrar visões do empresariado, trabalhadores e governo, não conta com a liderança do Parlamento. As grandes definições de natureza política e econômica, que poderiam constituir o vértice de um programa nacional de longo prazo, cedem lugar aos particularismos e regionalismos. Em consequência, o Congresso se

Está na hora de o Poder Legislativo refletir sobre o seu papel

transforma em caudatário do Executivo, uma espécie de porto de recepção e acomodação dos atos da administração federal.

O fortalecimento do Executivo aparece, portanto, como medida do recuo do Legislativo. Quando se tem um presidente ágil, forte politicamente, voluntarioso, decidido, jovem e com futuro cheio de planos, infere-se que a fragmentação do Poder Legislativo assume proporções fantásticas. Numa sociedade cheia de pressões como a brasileira, carente de institucionalização política, a figura do presidente da República ganha dimensão extraordinária. Vem daí a idéia de que a fraqueza do Legislativo, incompatível com o poder avolumado pela Constituição, estabelece um presidencialismo imperial, de cunho autoritário e pouco condizente com os tempos de modernidade.

As causas para as debilidades do Legislativo abrigam diversos fatores. Entre eles desponta o fenômeno do **novo coronelismo**, uma espécie de extensão da cultura política que vem se arrastando no País desde os primórdios da República. Os novos coronéis atendem preferencialmente a uma faixa de interesses e sua visão política está orientada para um círculo restrito, que muitos conhecem pelo nome de curral. Outro fator é a desproporção entre as representações estaduais, que confere mais poder a quem tem menos eleitores. Tal fato cria enormes distorções, pela simples verificação de que os beneficiários das distorções, em sua maioria, nivelam a política por baixo, criando imensas pontes de fisiologismo e clientelismo.

Os aspectos culturais e econômicos diferenciados entre regiões estabelecem, por sua vez, fortes divisões entre perfis, gerando uma espécie de divisão entre **bons e maus** ou congressistas maiores e menores. Na prática, o distanciamento cria dissensões, com a natural tendência para as visões corporativistas e regionais. Sofre o País pela ausência de uma visão sistêmica, necessária para administrar, arranjar e ordenar soluções abrangentes.

O perigo da fraqueza do Poder Legislativo é um só: permitir que o espaço social seja totalmente ocupado por pressões incontroláveis e de efeitos imprevisíveis, principalmente em estados latentes de crise monumental. Situação, aliás, em que o País se encontra. Está na hora de o Poder Legislativo refletir sobre seu papel. Como letreiro de fundo, pode-se aconselhar um aforismo de Hobbes: "Quando nada mais se apresenta como alternativa, o trunfo é paus". Talvez a imagem pretoriana de uma sociedade militarizada, visão que povoou tragicamente nossas mentes por tanto tempo, levante a cabeça dos nossos parlamentares. E os torne figuras mais apolíneas, com a espinha ereta.

Gaudêncio Torquato, jornalista, é professor titular da USP e analista político